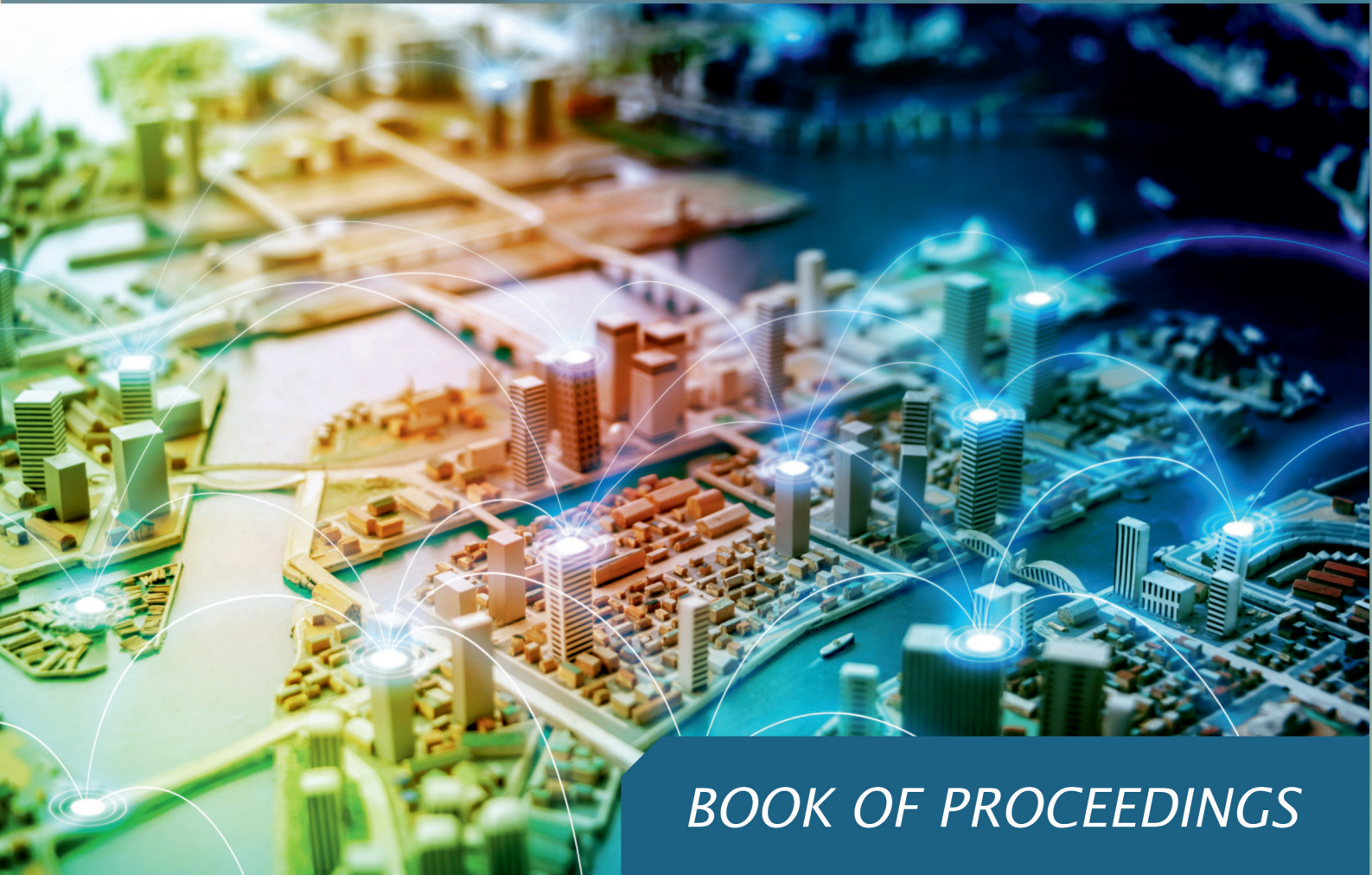


connected in a multipolar world

everything becomes smart and digital

19-20 feb 2021



BOOK OF PROCEEDINGS

FULL PAPERS

organização

connected in a multipolar world

everything becomes smart and digital

Ficha técnica

Evento	V International Forum on Management
Título	Proceedings of the V International Forum on Management Connected in a Multipolar World: Everything Becomes Smart and Digital
Local	Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Data de realização	19 e 20 Fevereiro 2021
Editor	Instituto Politécnico de Setúbal, Portugal
Editado por	Luísa Cagica Carvalho Carlos Mata David Simões Duarte Xara-Brasil Leonilde Reis João Pedro Cordeiro João Nabais Rui Dias Susana Galvão Vitor Barbosa
Autores	Carvalho, L.C. <i>et al.</i>
Capa e paginação	Susana Galvão
Mês/Ano	Abril 2021
ISBN	978-989-53045-3-0

Impacto da crise da covid-19 na sustentabilidade e necessidades de financiamento das PME do nordeste transmontano do setor de alojamento, restauração e similares

Impact of the covid-19 crisis on sustainability and financing needs of SMEs in the northeast of Trás-os-Montes in the accommodation, restaurant and similar sectors

Beatriz Meira Albino

beatriz.ma.albino@alunos.ipb.pt, Instituto Politécnico de Bragança

Ana Paula Monte

apmonte@ipb.pt, Instituto Politécnico de Bragança

Kátia Regina Hopfer

katiar@utfpr.edu.br, Universidade Tecnológica Federal do Paraná

RESUMO

O presente trabalho pretende verificar se a pandemia alterou as necessidades e acesso ao financiamento das PME do setor de alojamento, restauração e similares da região das Terras de Trás-os-Montes de Portugal. O método utilizado é quantitativo e exploratório. Enviou-se um inquérito a 316 empresas abordando as principais mudanças após o início da pandemia da COVID-19. Os resultados sugerem que, para as empresas, as principais alterações foram a queda do volume de negócios e do lucro líquido após impostos, enquanto os custos em geral se mantiveram inalterados. A maioria das empresas não recorria a financiamentos antes da pandemia e grande parte julgou não ser necessário recorrer a novos. Das que recorreram, as principais dificuldades no acesso ao financiamento se deram pelo aumento do tempo de espera, burocracia, documentação e garantias exigidas. Os resultados servem apenas como um indicativo de como as empresas foram afetadas, visto que a representatividade da amostra obtida é baixa para que se possa constatar as reais consequências. Assim, este trabalho contribuiu como uma base para um futuro estudo mais aprofundado para entender as verdadeiras motivações dos gestores ao decidir recorrer a financiamentos e as dificuldades no acesso a financiamentos num momento de crise sanitária.

Palavras-chave: covid-19; financiamento externo; micro, pequenas e médias empresas; necessidade de financiamento, turismo

ABSTRACT

The present work aims to verify if the pandemic changed the needs and access to finance for SMEs in the accommodation, restaurant, and similar sectors in the region of Terras de Trás-os-Montes of Portugal. The method used is quantitative and exploratory. A survey was sent to 316 companies addressing the main changes after the beginning of the covid-19 pandemic. The results suggest that, for companies, the main changes were the drop in turnover and net profit after taxes, while costs in general remained unchanged. Most companies did not use financing before the pandemic, and most considered it was not necessary to use new ones. Of those who resorted, the main difficulties in accessing finance were due to increased waiting times, bureaucracy, the paperwork and guarantees required. The results serve only as an indication of how the companies were affected, since the representativeness of the sample obtained is low so that the real consequences can be seen. Thus, this work contributed as a basis for a future more in-depth study to understand the true motivations of managers when deciding to resort to financing and the difficulties in accessing it at a time of pandemic crisis.

Keywords: covid-19; external financing; financing need; micro, small and medium-sized companies; tourism

1 INTRODUÇÃO

O momento atual caracteriza-se por ser de extrema complexidade e incerteza. As economias portuguesa, europeia e mundial foram repentinamente impactadas pela pandemia da covid-19, um choque sem precedentes. Esse impacto é caracterizado pela súbita queda da faturação das empresas num curto período e da redução dos ganhos das famílias, visto que houve o crescimento de desemprego assim como a redução da remuneração através de *layoff* simplificado. Tal reflete numa dificuldade adicional à sustentabilidade das empresas, pois afeta a sua liquidez e capacidade para cumprir suas obrigações de curto prazo (Banco de Portugal, 2020).

Mais vulneráveis aos impactos da pandemia estão as micro, pequenas e médias empresas (PME). Estas representam 99,9% do total de empresas portuguesas, 59,3% do volume de negócio e 78,6% dos empregos (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2020a). Tendo em vista que as PME possuem grande representatividade e desempenham um papel essencial na economia ao promover a inovação, geração de empregos e competitividade (Comissão Europeia, 2015) é de interesse da sociedade e

do governo que estas consigam se sustentar e obter acesso a financiamentos para o seu desenvolvimento e manutenção.

Quanto ao setor de alojamento e restauração, que é objeto de estudo deste artigo, este representa 8,9% do total de empresas portuguesas, sendo o volume de negócios de 3,8%, assim como emprega 9,2% dos trabalhadores (INE, 2020a). No setor de turismo observou-se uma desvalorização superior a 40% em março de 2020, explicada principalmente pelas medidas sanitárias e de mobilidade adotadas, que impactaram de modo mais intenso e duradouro, com expectativa de recuperação prolongada, o que pode aumentar a vulnerabilidade das empresas desse setor (Banco de Portugal, 2020).

Ainda sobre o setor de alojamento turístico, o relatório sobre Atividade Turística realizado pelo (INE, 2020b) reporta que este setor registou entre os meses de janeiro e julho de 2020, 5,4 milhões de hóspedes e 13,1 milhões de dormidas, refletindo-se em variações de -64,2% e -66,4% respetivamente. Já a região Norte, onde está situada a sub-região das Terras de Trás-os-Montes, houve uma redução de 61,5% no total de dormidas para o mesmo período. Referente aos proveitos totais para o período de janeiro a julho, registou-se um total de 696,4 milhões de euros, com uma variação de -70,1% em Portugal, e de 117,4 milhões de euros e uma variação de -66,0% para a região Norte.

No que se refere à situação financeira das empresas, um estudo realizado pelo European Central Bank (2020) revelou que, durante a pandemia da covid-19, um dos mais significativos obstáculos para as PME da zona do Euro foram as provisões de liquidez para capital circulante e para pagamentos de obrigações de curto prazo. O mesmo estudo indica que para o período de outubro de 2019 a março de 2020 houve um aumento significativo da necessidade das PME por instrumentos bancários, como empréstimos bancários e linhas de crédito, sendo que em Portugal a demanda aumentou 14% e 19%, para os respetivos instrumentos, segundo os respondentes. Além disso, as PME portuguesas assim como as PME italianas e espanholas registraram uma forte perceção negativa quanto ao acesso ao financiamento, sendo o principal motivo de um impedimento ao acesso a deterioração de seus volumes de negócios e de lucros.

Desta forma, considerando os dados acima mencionados, o presente estudo procura verificar se a pandemia da covid-19 impactou na necessidade de acesso ao financiamento e a sustentabilidade das PME das Terras de Trás-os-Montes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Conceito e importância das PME

O presente artigo utiliza a definição de PME conforme Recomendação da Comissão de 6 de maio de 2003 (2003/361/CE), sendo assim, a categoria das micro, pequenas e médias empresas (PME) é constituída por empresas que seguem três critérios: número de trabalhadores, volume de negócios e balanço total anual. É importante a definição do que é uma PME visto que, num mercado único sem fronteiras internas, pode haver distorções da concorrência nos Estados-Membros europeus, e, portanto, conduzir a uma aplicação desigual de políticas. Uma única definição contribui para que haja a aplicação de programas e medidas de apoio ao desenvolvimento e ao êxito de PME de modo eficaz (Comissão Europeia, 2015).

As micro, pequenas e médias empresas desempenham um papel essencial na economia, visto que, de acordo com uma publicação "Empresas em Portugal 2018" realizada pelo (INE, 2020a), as PME representam 99,9% do total de empresas portuguesas, representam um volume de negócio de 59,3%, além de empregar 78,6% dos trabalhadores. Já o setor de alojamento e restauração, que é objeto de estudo deste artigo, representa 8,9% do total de empresas, sendo o volume de negócios de 3,8%, assim como emprega 9,2% dos trabalhadores.

Assim sendo, para ser uma PME, as empresas devem empregar menos de 250 pessoas, possuir um volume de negócios anual que não exceda 50 milhões de euros ou cujo balanço total anual não exceda 43 milhões de euros. Uma PME tem a opção de cumprir o limite máximo de volume de negócio ou de balanço total. Além disso, uma empresa pode não ser elegível caso tenha acesso a recursos adicionais significativos, seja por ser parceira, associada ou detida por uma empresa de maior dimensão (Comissão Europeia, 2015).

De forma mais detalhada, a Tabela 1 abaixo caracteriza as micro, pequenas e médias empresas.

Tabela 1: Caracterização dos limiares para as micro, pequenas e médias empresa

Categoria da empresa	Número de trabalhadores efetivos	Volume de negócios anual	Balanço total anual
Médias empresas	< 250	≤ 50 milhões de euros	≤ 43 milhões de euros
Pequenas empresas	< 50	≤ 10 milhões de euros	≤ 10 milhões de euros
Microempresas	< 10	≤ 2 milhões de euros	≤ 2 milhões de euros

Fonte: Adaptado da Comissão Europeia (2015)

A importância das PME deve-se ao facto de serem o motor da economia portuguesa assim como da europeia, pois contribuem para a criação de empregos, crescimento económico, impulsionar o espírito empresarial e a inovação, assim como promover a competitividade (Comissão Europeia, 2015). Considerando que as PME compõem a maior parte do tecido empresarial português, percebe-se a importância de promover assistência à sua sustentabilidade e crescimento, visto que uma elevada mortalidade das empresas poderia afetar diretamente e significativamente a economia do país. Sobretudo essa importância é muito válida na região de Terras de Trás-os-Montes, visto que grande parte das empresas de alojamento, restauração e similares são PME, geraram em 2018 um Valor Acrescentado Bruto (VAB) de 30.632 milhares de euros, o que representou 7,7% do VAB total da região (INE, 2018).

2.2. Caracterização geográfica das empresas das Terras de Trás-Os-Montes

As Terras de Trás-os-Montes são uma sub-região estatística de nível 3 (NUTS III), localizadas na região Nordeste de Portugal. Abrange uma área de 5538 km² com uma população de 117.527 pessoas (Censos de 2011) e composta por nove municípios, sendo estes: Alfândega da Fé, Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mirandela, Mogadouro, Vila Flor, Vimioso e Vinhais (Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes [CIM-TTM], 2020).

A Tabela 2 descreve o número de empresas existentes no ano de 2018 (últimos dados disponíveis) por dimensão e setor de atividade (alojamento, restauração e similares), em Portugal e na região das Terras de Trás-os-Montes. Esta região é caracterizada, portanto, por acolher 20.739 PME, sendo que 1.283 são do setor de alojamento, restauração e similares.

Tabela 2: Número de Empresas não financeiras por dimensão e setor de atividade em Portugal e Região das Terras de Trás-os-Montes para o ano de 2018

Territórios		Dimensão			Setores de atividade económica
		Total	PME	Grandes	Alojamento, restauração e similares
Âmbito Geográfico	Anos	2018	2018	2018	2018
NUTS 2013	Portugal	1.278.164	1.276.965	1.199	113.191
NUTS III	Terras de Trás-os-Montes	20.741	20.739	2	1.283

Fonte: PORDATA (2020) e INE - Sistema de Contas Integradas das Empresas (2020)

Atendendo a que as empresas da região das Terras de Trás-os-Montes são maioritariamente compostas por PME, se estas estão passando por dificuldades financeiras uma das opções para manter sua sustentabilidade é através de financiamentos externos. De acordo com a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP) (2020a), 40% das empresas de restauração e 18% da hotelaria estão a caminho da insolvência. Assim, recorrer a financiamentos externos podem ser uma forma de sobreviver a esta crise.

2.3. Meios de financiamento

Para que a empresa seja criada e desenvolvida, é necessário que haja capital para cobrir suas despesas, podendo o empresário optar por recorrer a capital próprio ou a capital externo (Berger & Udell, 1998). De modo geral, Berger e Udell (1998) referem ainda que uma PME obtém financiamento de acordo com seu ciclo de desenvolvimento e setor de atividade, adaptando os meios de obtenção ao decorrer de seu crescimento e à medida que se torna mais transparente. A decisão de financiamento também é influenciada pela determinação daqueles financiamentos que irão proporcionar à empresa a maior criação de valor para a empresa e seus acionistas (Rocha, 2008). O acesso ao financiamento, de acordo com Popescu (2008), define-se como a capacidade de uma PME em obter os recursos financeiros mais adequados ao seu estágio de desenvolvimento atual e as suas perspectivas de futuro.

De acordo com Rocha (2008) e Vieito e Maquieira (2010), as fontes de financiamento são, de forma simplificada, divididas em internas (como o autofinanciamento pela retenção de lucros obtidos, controlo mais rigoroso dos custos ou da gestão mais eficiente dos ativos) e externas, sendo que estas ainda pode prover de capitais alheios (crédito comercial, empréstimos bancários, *factoring*, *leasing*, ou linhas de crédito) e capitais próprios (*business angels*, capital de risco, investidores corporativos, aumento de capital).

Segundo Berger & Udell (2006), referem que as tecnologias de empréstimos podem condicionar a disponibilidade e o acesso ao crédito por parte das PME, mas também podem dar resposta à opacidade que normalmente envolve grande parte deste tipo de empresas. Estes definem as tecnologias de empréstimos como a combinação única de fontes de informação primária, procedimentos ou políticas de subscrição e triagem, a estrutura do contrato de empréstimo e os mecanismos ou estratégias de monitorização dos empréstimos. Berger & Udell (2006), referem ainda que de forma simplificada se pode dividir as técnicas em empréstimo transaccional (*transactions lending*, que se baseiam sobretudo em dados quantitativos, conhecido por "*hard*" *quantitative data*, e por isso focados em mutuários informacionalmente transparentes) e empréstimo

relacional (*relational lending*, em que as relações entre cliente e mutuante é muito importante, baseando-se em informações qualitativas, referidas como "*soft*" *qualitative information*, e por isso mais utilizadas quando os mutuantes são opacos).

As principais tecnologias de empréstimo identificadas por Berger & Udell (2006), são as seguintes:

- Empréstimos baseados nas demonstrações financeiras dos mutuários: consiste em avaliar a qualidade das demonstrações financeiras da empresa, de modo a obter informações sobre o fluxo de caixa futuro e a sua saúde financeira, o qual se enquadra no empréstimo transacional;

- Classificação de crédito das pequenas empresas: neste modelo é obtida uma pontuação de crédito a partir de informações pessoais do proprietário da PME através de agências de crédito ao consumidor, combinadas com informações sobre a empresa coletadas de instituições financeiras. Estes dados são, então, inseridos num modelo de previsão de desempenho de empréstimo, que calcula a pontuação final de crédito. Este também se enquadra no empréstimo transacional;

- Empréstimos de ativos fixos: esse modelo consiste em realizar empréstimos a partir da avaliação dos ativos fixos de longa duração que uma empresa possui e que não poderão ser vendidos durante o período do contrato, e a partir disso calcular o crédito disponível. Esta é também uma tecnologia de empréstimo transacional;

- *Factoring*: outra tecnologia de empréstimo transacional que envolve a compra de contas a receber pelo credor, e assim como nos empréstimos de ativos fixos, o importante é o valor de um ativo subjacente, e não o valor/risco geral da empresa;

- *Leasing*: outra tecnologia de empréstimo transacional em que um locador adquire um ativo fixo (como equipamentos, imóveis, veículos motorizados), e em seguida arrenda este ativo para um arrendatário, dando a ele, muitas vezes, a opção de adquirir o ativo ao final do contrato por um valor pré-estabelecido;

- Empréstimos de relacionamento: este tipo de financiamento leva em consideração o relacionamento entre credor e mutuário, obtendo informações ao longo do tempo sobre a PME, assim como de seu proprietário, da comunidade local e de seus fornecedores, clientes, etc.;

- Crédito comercial: quando uma empresa não tem o valor necessário para adquirir um bem (como equipamentos), esta realiza um contrato com um fornecedor para que pague pelo bem num prazo pré-estabelecido numa única parcela ou em várias.

A economia portuguesa apresenta restrições à concessão de crédito às PME, sobretudo em períodos de crise devido às suas dificuldades de liquidez e porque as tecnologias de

empréstimos usados pelas instituições financeiras portuguesas baseiam-se sobretudo em técnicas transacionais, ainda que possam usar algumas técnicas relacionais (Farinha & Félix, 2015).

Tendo em vista que se instaurou uma situação de calamidade nacional, as PME enfrentam sérias dificuldades financeiras e as suas necessidades de crédito estão a aumentar, em particular nos setores ligados ao turismo e em particular no setor da hotelaria e restauração. Dadas as dificuldades crónicas de acesso ao crédito por parte das PME, é papel do governo auxiliar as empresas nessa etapa tão complexa. A AHRESP (2020b) reconhece o esforço do governo ao disponibilizar linhas de crédito para o setor turístico, assim como seguros de crédito, as moratórias bancárias, reforço das linhas de crédito, algumas medidas de caráter fiscal como exemplos, apesar de considerar que ainda são insuficientes para a recuperação do setor de alojamento, restauração e similares.

2.4. Apoio governamental às PME devido à covid-19

O Banco de Portugal (2020) estima que haja uma necessidade de liquidez de 17,3 mil milhões de euros, sendo que das maiores necessidades advindas de empresas se devem às de menor dimensão. A partir da conjuntura atual, o Governo Português criou um regime de moratória pública que vigora entre 27 de março de 2020 a 31 de março de 2021, denominada Decreto-Lei n.º 10-J/2020, de 26 de março, e que estabelece medidas para a proteção dos credores e devedores, sendo estas:

- Proibição da revogação de linhas de crédito previamente contratadas e empréstimos concedidos, durante a vigência de moratória;
- Prorrogação de todos os contratos de crédito com pagamento de capital no final do contrato, mantendo todos os seus termos associados;
- Possibilidade de suspensão do pagamento de prestações de capital, renda ou de juros com vencimento até o final da vigência da moratória.

As sociedades não financeiras têm a opção de utilizar as linhas de crédito com garantia pública. Além disso, como forma de auxiliar a economia face à covid-19, também foram lançadas linhas de apoio ao financiamento às PME. O IAPMEI (2020) lista algumas das linhas de apoio disponibilizadas:

- Apoio à economia – Micro e Pequenas Empresas: esta linha disponibiliza 1 bilhão de euros à micro e pequenas empresas, com certificação PME, para o financiamento de necessidades de Tesouraria, através de operações de crédito e garantia mútua;

- Linha de Apoio à Atividade Económica; Linha Covid – TURISMO (Empreendimentos e Alojamentos); Linha Covid – TURISMO (Agências de Viagens, Animação Turística e Organiz. Eventos); Linha Covid – RESTAURAÇÃO, que disponibilizam 4,5 bilhões, 900 milhões, 200 milhões e 600 milhões de euros, respetivamente, para micro, pequenas e médias empresas com certificação PME assim como Small Mid Cap e Mid Cap, para o financiamento de necessidades de Tesouraria, através de operações de crédito e garantia mútua;
- Linha Covid – FUNDO DE MANEIO: disponibiliza 320 milhões de euros para PME com Certificação PME, empresários em nome individual com contabilidade organizada (ENI) e grandes empresas, para o financiamento de necessidades de fundos de maneio, através de operações de crédito e garantia mútua;
- Linha Covid – PLAFOND DE TESOURARIA: disponibiliza 80 milhões de euros para PME com Certificação PME, empresários em nome individual com contabilidade organizada (ENI) e grandes empresas, para o financiamento de necessidades de tesouraria, através de operações de crédito e garantia mútua, sendo o tipo de produto bancário o Plafond de Crédito em Sistema de *Revolving*;
- Linha Covid - TURISMO (Microempresas): disponibiliza 90 milhões de euros para microempresas turísticas com Certificação PME, para o financiamento de necessidades de tesouraria, através de operações de crédito.

Tendo em consideração e a relevância do setor do alojamento e restauração para a região das Terras de Trás-os-Montes, sendo maioritariamente PME, e dada as dificuldades que estas empresas estão a passar devido à crise que resulta da atual situação pandémica gerada pelo covid-19, questiona-se qual o impacto desta na sustentabilidade destas empresas e na necessidade de recurso ao crédito. Será que estas empresas estão a recorrer aos mecanismos que o governo colocou à disposição das empresas para mitigar o impacto financeiro na economia nacional e na sobrevivência do seu tecido empresarial? Se não estão a recorrer a estes mecanismos e ao crédito bancário (tendo estas necessidades financeiras), quais as razões para não aderir às medidas propostas?

3 METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos propostos para este trabalho, a metodologia utilizada consistiu na elaboração de um questionário com vista a averiguar o impacto da situação pandémica na sustentabilidade e necessidades de financiamento das PME do setor de turismo de Portugal, sendo o estudo quantitativo e exploratório.

O inquérito é constituído por nove questões, as quais buscam avaliar, primeiramente, a mudança dos principais indicadores da empresa antes e após o início da pandemia em Portugal, se a empresa tem conhecimento sobre linhas de apoio ao financiamento especiais devido à covid-19, avaliar se houve mudança na necessidade de financiamentos externos em decorrência da pandemia, quais foram essas mudanças, os financiamentos utilizados e os resultados das solicitações de financiamento, a variação das principais dificuldades ao se obtê-los após a pandemia, assim como entender as principais razões de não se solicitar financiamento, no caso da empresa ter optado por não recorrer a um. Por último, é levantado o perfil da empresa, como seu porte, faturação, localização da sede, forma jurídica, número de colaboradores e classificação pelo Classificação de Atividade Económica (CAE).

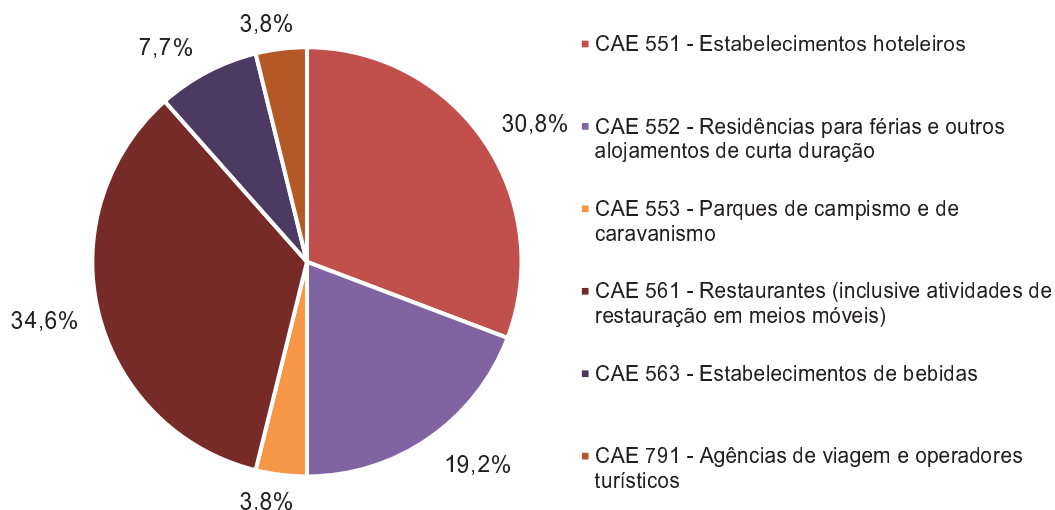
Este inquérito foi enviado às empresas de setor de alojamento, restauração e similares no mês de outubro de 2020 de forma eletrónica. Uma das formas de angariar empresas para o estudo era entrar em contacto com as associações comerciais e industriais da região e adquirir o maior número de respostas possível, porém devido à questão de confidencialidade as associações não disponibilizaram o contacto de seus associados. Portanto, para realizar o levantamento de empresas e aplicar o inquérito, realizou-se uma pesquisa das empresas que se apresentaram mais acessíveis através do auxílio dos sítios TripAdvisor® e Facebook®, obtendo-se então um universo de 316 empresas, as quais representam 24,6% do total do setor da região. Assim, o método utilizado foi não probabilístico por conveniência.

No tratamento dos dados recolhidos, dada a dimensão da amostra, taxa de resposta, característica exploratória do estudo e tipo de variáveis recorreu-se à análise estatística descritiva – análise de frequência.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 316 empresas contactadas, apenas 26 responderam, e apresentaram os resultados a seguir. A respeito do perfil das empresas, o principal setor de atividade das empresas respondentes é o de restaurantes com 34,6%, seguido por de estabelecimentos hoteleiros com 26,9% e por residências para férias e outros alojamentos de curta duração com 19,2%, conforme a Figura 1.

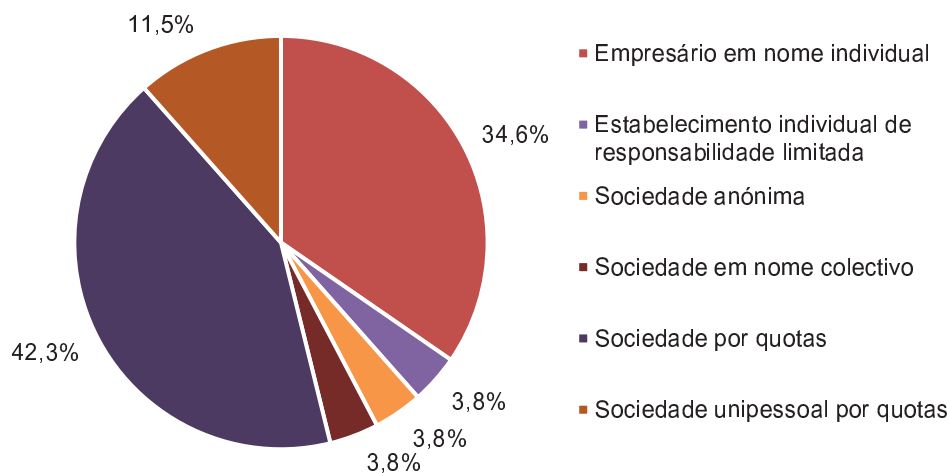
Figura 1: Setor de atividade de acordo com o CAE da empresa



Fonte: elaborado pelo autor.

As empresas são caracterizadas por terem idade superior a 10 anos em 53,8%, entre 2 e 5 anos em 23,1%, entre 5 e 10 anos em 19,2%, e o restante possuindo menos de 2 anos. A forma jurídica das empresas são em maioria de sociedade por quotas, com 42,3%, sendo 34,6% por empresários em nome individual, 11,5% por sociedade unipessoal por quotas e 11,6% por outras (**Error! Reference source not found.**).

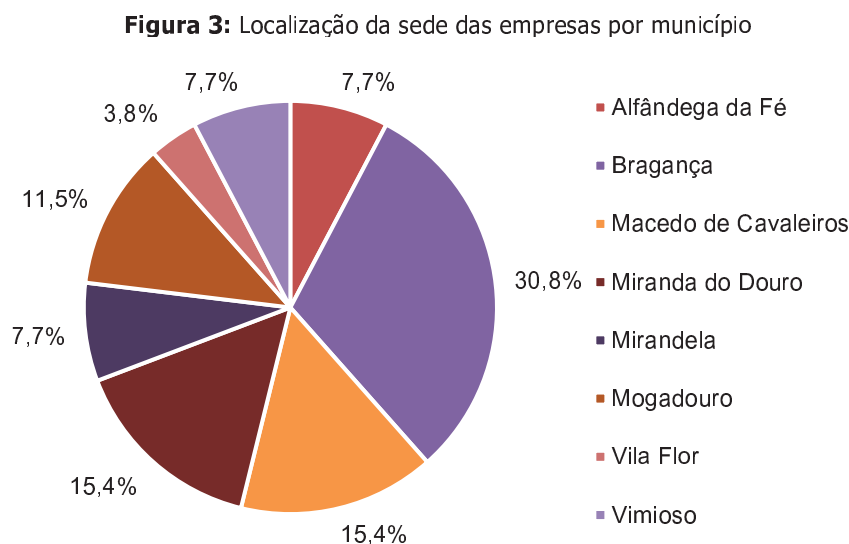
Figura 2: Forma jurídica das empresas



Fonte: elaborado pelo autor.

Todas são pertencentes ao distrito de Bragança, sendo que 30,8% são do município de Bragança, 15,4% de Miranda do Douro, 15,4% de Macedo de Cavaleiros, 11,5% de Mogadouro e 26,9% de outros municípios, conforme ilustrado pela **Error! Reference source not found.3.** Sobre o

número de colaboradores, 88,5% das empresas possuem entre 1 e 9, e 11,5% possuem de 10 a 49. Já por volume de negócios anual em 2019, 88,5% responderam que corresponde a até €500,000, e 11,5% responderam que obtiveram mais de €500,000 e até €1 milhão. Considerando a definição de PME, verifica-se que 88,5% dos respondentes são microempresas e 11,5% são pequenas empresas.

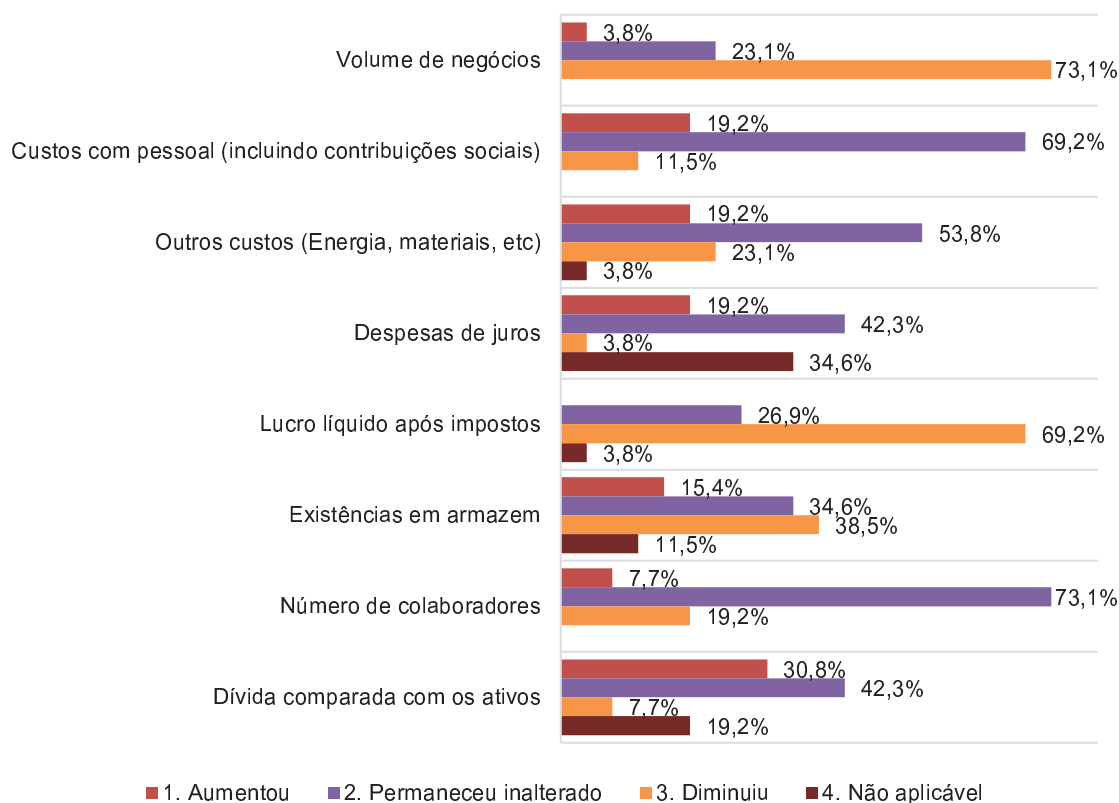


Fonte: elaborado pelo autor.

Para avaliar como a pandemia da covid-19 afetou os principais indicadores internos das empresas, foi pedido para que indicassem se estes aumentaram, permaneceram inalterados, diminuíram ou não se aplicavam comparando o período anterior e posterior a março de 2020, estando a frequência relativa das respostas ilustradas na Figura 4. Pode-se observar da Figura 4 que para a maioria das empresas (73,1%) o volume de negócios diminuiu, para 23,1% permaneceu inalterado e apenas para 3,8% o volume de negócios apresentou um aumento. A queda no volume de negócios para grande parte das empresas corrobora com a queda na movimentação do turismo e da população local devido às medidas de restrição de circulação de pessoas impostas pelos governantes.

Os custos com pessoal permaneceram inalterados para 69,2% das empresas, sendo que 19,2% indicaram que seus custos aumentaram. Questionadas sobre a variação no número de colaboradores, 73,1% disseram que este permaneceu inalterado, já para 19,2% das respondentes este diminuiu. Esses dados podem indicar que a maioria das empresas mantiveram seus colaboradores contratados durante a pandemia, sendo que para aquelas que disseram que seus custos com pessoal aumentaram é possível que estas estejam considerando que o custo aumentou em relação a queda do volume de negócios.

Figura 4: Comparação dos indicadores internos das empresas no período anterior e posterior a março/2020



Fonte: elaborado pelo autor.

Outros custos, como por exemplo de energia e materiais (ver Figura 4) permaneceram inalterados para mais de metade das empresas (53,8%), o que sugere que muitos hotéis e restaurantes mantiveram-se em funcionamento mesmo durante a quarentena, visto que muitos destes realizavam serviços de *takeaway* e de entrega ao domicílio.

Quanto às despesas de juros (gastos financeiros), 34,6% das respondentes indicaram que não se aplicava à sua empresa, o que pode ser explicado por muitas empresas não terem recorrido a financiamentos antes ou depois de março de 2020, assim como para 42,3% das empresas que responderam não ter alteração quanto a este indicador. Para 19,2% das empresas, a despesas com juros aumentou, sendo que destas, 60% recorreram a novos empréstimos, o que pode indicar que o aumento dessas despesas se deve à aquisição de novos financiamentos.

O lucro líquido após impostos diminuiu para 69,2% das empresas (ver Figura 4), o que condiz com os resultados apontando para uma queda do volume de negócios e custos no geral permanecendo inalterados.

Para avaliar o grau de endividamento das empresas após o início da pandemia, perguntou-se sobre a relação da dívida comparada com os ativos. Para 42,3% das empresas essa relação permaneceu inalterada, o que pode sugerir que muitas empresas não recorreram a novos financiamentos e conseguiram manter o pagamento de suas obrigações. Já 30,8% indicaram que essa relação aumentou, sendo possível que a razão seja a queda do volume dos negócios e assim não cumprindo com suas obrigações, ou até por terem obtido novos financiamentos.

Para entender a alteração na necessidade de financiamento antes e após o início da pandemia, foi questionado se as empresas recorriam a financiamentos externos (Tabela 3) e se passaram a recorrer (Tabela 4) a financiamentos de terceiros e os respectivos motivos. Como se pode observar na Tabela 3, a maioria respondeu que não recorriam a financiamentos antes de março de 2020 (84,6%). Destas, 63,6% indicaram que não foi necessário ou relevante adquirir novos financiamentos para se sustentar devido à pandemia, 18,2% precisaram recorrer para financiar o capital circulante, assim como 9,1% para cobrir dívidas já adquiridas (ver Tabela 4).

Tabela 3: Necessidade de financiamentos externos antes de março/2020

	Número de respostas	Porcentagem (%)
Não recorria	22	84,6%
Sim, recorria	4	15,4%
Total Geral	26	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Devido à maioria das empresas não terem necessitado solicitar financiamento após a pandemia, é possível indagar se estas possuíam boa saúde financeira, podendo suportar a queda de volume de negócios causada pelas medidas de restrição. Das empresas que recorriam a financiamentos antes de março de 2020, a boa saúde financeira também pode ser considerada para explicar o motivo destas não terem recorrido a novos financiamentos. Das empresas que recorreram a financiamento de terceiros após março de 2020, 15,4% fizeram-no para financiar investimentos na atividade operacional (capital circulante) e 11,5% para financiar investimentos de expansão dos seus negócios, conforme se verifica na Tabela 4.

Tabela 1: Necessidade de financiamento externo antes e depois da pandemia em março de 2020

A empresa precisou recorrer a novos financiamentos externos (empréstimos bancários ou outros) para se sustentar devido à pandemia?	Antes de março/2020, a sua empresa recorria a financiamentos externos?					
	Não recorria		Sim, recorria		Total	
	Número de respostas	Porcentagem (%)	Número de respostas	Porcentagem (%)	Número de respostas	Porcentagem (%)
Não foi necessário ou relevante	14	63,6%	1	25,0%	15	57,7%
Sim, para aquisição de equipamentos/terrenos/edifícios/computadores/I&D	0	0,0%	1	25,0%	1	3,8%
Sim, para capital circulante	4	18,2%	0	0,0%	4	15,4%
Sim, para cobrir dívidas já adquiridas	2	9,1%	0	0,0%	2	7,7%
Sim, para novos investimentos (de expansão do negócio)	1	4,5%	2	50,0%	3	11,5%
Sim, por outros motivos	1	4,5%	0	0,0%	1	3,8%
Total Geral	22	100,0%	4	100,0%	26	100,0%

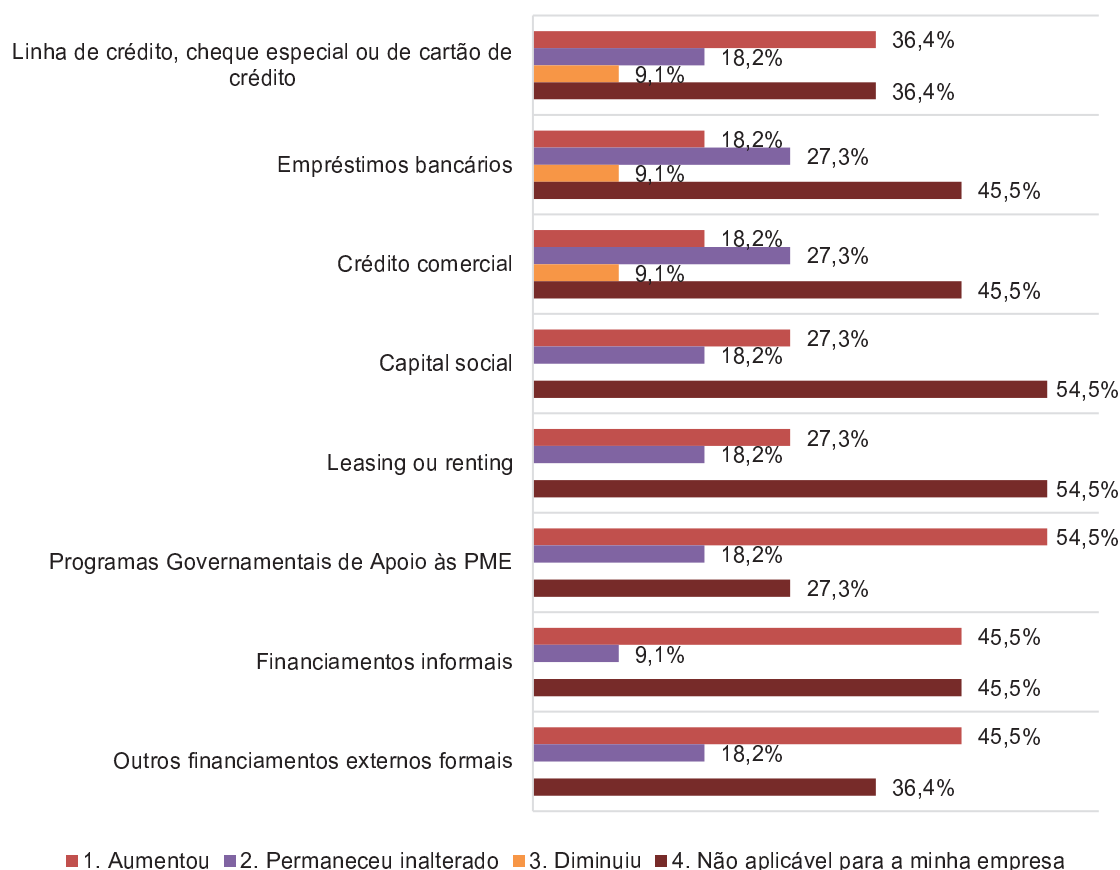
Fonte: elaborado pelo autor.

Para aquelas empresas que revelaram não ser relevante o financiamento externo por empréstimo bancário, foi indagada a principal razão a fim de entender seus motivos. De referir que 60% das empresas responderam que não precisavam deste tipo de financiamento, seguido de 20% que afirmavam que não recorriam devido às taxas de juros ou preço altos, 13,3% disseram não haver empréstimos bancários disponíveis e 6,7% não possuírem garantia suficiente. O motivo da maioria das empresas não precisarem deste tipo de financiamento é incerto, podendo ser devido à uma boa saúde financeira ou por preferirem não se endividar.

Em relação às empresas que precisaram recorrer a financiamento externo após o início da pandemia, buscou-se entender quais foram as principais mudanças na necessidade destas no período posterior a março de 2020 face ao período anterior, por diferentes tipos de financiamento, ilustradas na Figura 5. As empresas indicaram que as necessidades aumentaram mais em relação aos programas governamentais de apoio às PME (54,5%), seguido por financiamentos informais e outros financiamentos externos

formais com 45,5% cada, seguido por linha de crédito, cheque especial ou de cartão de crédito com 36,4%. Um aumento da necessidade por apoios governamentais pode indiciar que estas empresas estão em busca de maior facilidade, flexibilidade e de juros reduzidos para se financiar.

Figura 1: Variação na necessidade das empresas por diferentes tipos de financiamento externo no período posterior a março/2020



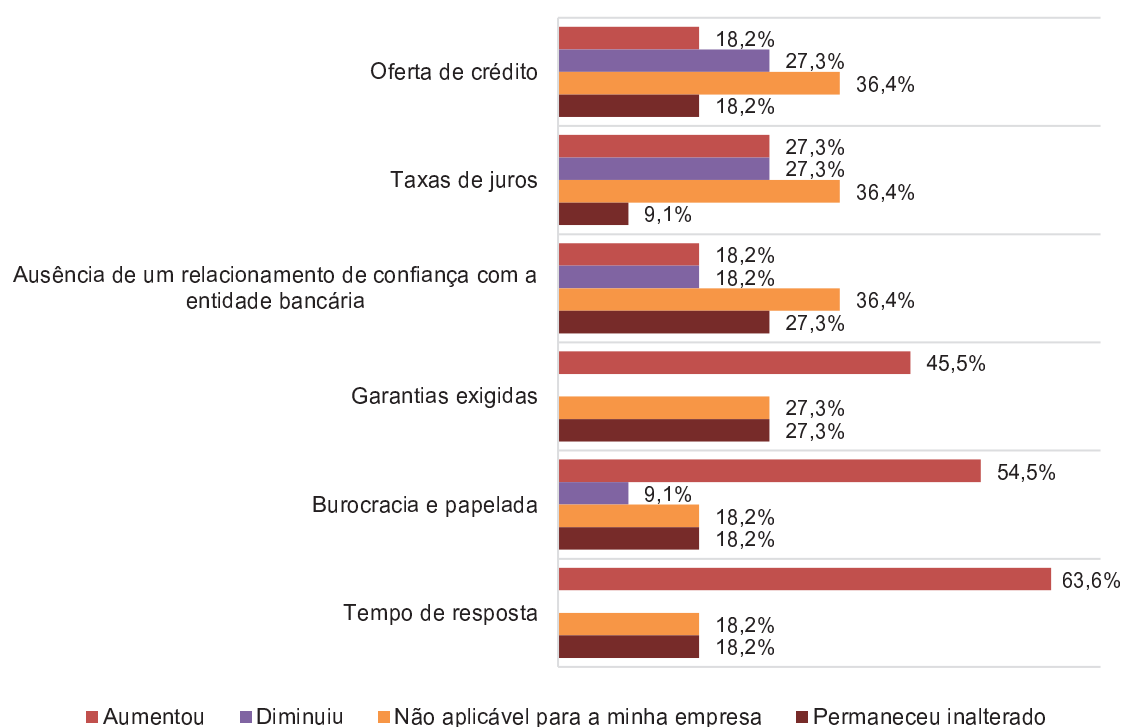
Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda sobre as empresas que recorreram a financiamentos externos após março de 2020, 63,6% delas receberam o montante total de pelo menos um dos pedidos de financiamento solicitados, 45,5% tiveram um ou mais pedidos rejeitados, 18,2% receberam 75% ou mais do montante solicitado, e 9,1% empresas recusaram o financiamento pelo alto custo ou ainda possuem pedidos pendentes. Há indícios, portanto, que a maioria das empresas estão conseguindo obter os financiamentos solicitados.

Questionadas sobre a variação das principais dificuldades em obter financiamento após março de 2020 (Figura 6), as empresas apontaram que o tempo de resposta foi o que

mais aumentou (63,6%), seguido pelo aumento da burocracia e papelada (54,5%) e pelas garantias exigidas (45,5%). Sobre a oferta de crédito, 27,3% apontaram que houve queda, enquanto 18,2% indicaram que a oferta aumentou e 18,2% disseram que permaneceu inalterado. A taxa de juros apresentou um aumento para 27,3% das empresas, enquanto que para outras 27,3% a taxa de juros representou uma queda. Pode-se indagar que o volume de pedidos de financiamento após a pandemia pode ter aumentado, fazendo com que o tempo de resposta também aumentasse. Sabendo da queda no volume de negócios das empresas, é possível que as exigências com burocracia, papelada e garantias tenham aumentado por parte das entidades financiadoras, visto que o risco de insolvência também aumenta.

Figura 2: Alteração nas principais dificuldades de acesso ao financiamento no período posterior a março/2020



Fonte: elaborado pelo autor.

Por fim, conforme indicado pelas empresas inquiridas, a necessidade por financiamento através de programas governamentais de apoio às PME aumentou consideravelmente. Dessa forma, buscou-se também verificar se as empresas tinham conhecimento sobre as linhas de apoio ao financiamento especiais disponibilizadas devido a covid-19 a fim de medir o nível de conhecimento destas, conforme ilustrado na Tabela 5.

Tabela 2: Conhecimento da existência de linhas de apoio ao financiamento devido a covid-19

Respostas	Número de respostas	Percentagem (%)
Não sabia	2	7,7%
Sim, através de outras fontes (Televisão, outras pessoas etc.)	12	46,2%
Sim, busquei a informação	8	30,8%
Sim, o governo me informou	4	15,4%
Total Geral	26	100,0%

Fonte: elaborado pelo autor.

Constatou-se que 7,7% não sabiam da existência das linhas, já o restante (92,3%) tomaram conhecimento principalmente através de fontes como televisão, outras pessoas e outras fontes (46,2%), 30,8% das empresas procuraram a informação e 15,4% foram informadas pelo governo sobre tais linhas. Estes dados indicam, portanto, que grande parte das empresas estavam cientes da existência dessas linhas, porém não é possível saber se estas recorreram às linhas especiais e se foram aprovadas ou não para o financiamento.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho visou verificar se a pandemia alterou as necessidades e acesso ao financiamento das empresas. Os resultados, porém, servem apenas como um indicativo de como as PME transmontanas de turismo foram afetadas, visto que a amostra obtida não é representativa visto ser muito baixa para que se possa constatar as reais consequências. Em primeiro momento, houve a dificuldade em obter uma quantidade considerável de empresas para aplicar o inquérito, visto que as associações empresariais não disponibilizaram os contactos das empresas, e muitas destas não se encontram acessíveis através da internet e redes sociais, ou então não divulgam os seus contactos de email e telefone. daquelas que foram contactadas, grande parte são microempresas assim como familiares, sendo possível que não utilizem tanta tecnologia, e assim, não puderam responder ao inquérito. Para um próximo estudo, outras formas de contacto poderão ser utilizadas, inclusive solicitando acesso às empresas através de um pedido formal pela universidade.

Percebe-se através desta investigação que, das empresas respondentes, os principais impactos foram a queda do volume de negócios e do lucro líquido após impostos, enquanto os custos em geral se mantiveram inalterados. A maioria das empresas não recorriam a financiamentos antes da pandemia e grande parte julgou não ser necessário recorrer a novos. daquelas que recorreram, as principais dificuldades no acesso ao financiamento se deram pelo aumento do tempo de espera, burocracia, documentação e garantias exigidas. Assim, faz-se necessário estudar se este é realmente o caso das PME transmontanas e se sim, as suas motivações para tantas não precisarem de financiamento externo, podendo ser questionado se isso pode se dar também por possuírem uma boa saúde financeira.

Sugere-se que um estudo aprofundado das motivações dos gestores para recorrerem ou não a financiamentos externos num momento de crise sanitária seja realizado, visto que uma queda repentina do volume de negócios certamente é um fator que pode ser decisivo à sobrevivência de uma empresa. Por fim, sugere-se que o estudo poderia ser ampliado a nível nacional para que se entenda não apenas a região transmontana, mas sim todas as regiões portuguesas, visto que umas são mais dependentes do que outras do turismo internacional e local.

BIBLIOGRAFIA

Associação Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal [AHRESP]. (2020a). *Covid-19: 40% das empresas de restauração e 18% da hotelaria a caminho da insolvência – AHRESP*. Canal S+. <https://www.saudemais.tv/noticia/20895-covid-19-40-das-empresas-de-restauracao-e-18-da-hotelaria-a-caminho-da-insolvencia-ahresp>

Associação Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal [AHRESP]. (2020b). *AHRESP diz que Plano de Estabilização Económica e Social é positivo, mas insuficiente*. <https://ahresp.com/2020/12/covid-19-ahresp-nos-media-2/>

Banco de Portugal. (2020). Relatório de estabilidade financeira. www.bportugal.pt
Berger, A. N., & Udell, G. F. (1998). The economics of small business finance: The roles of private equity and debt markets in the financial growth cycle. *Journal of Banking & Finance*, 22(6–8), 613–673. [https://doi.org/10.1016/S0378-4266\(98\)00038-7](https://doi.org/10.1016/S0378-4266(98)00038-7)

Berger, A. N., & Udell, G. F. (2006). A more complete conceptual framework for SME finance. *Journal of Banking & Finance*, 30(11), 2945–2966. <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2006.05.008>

Comissão Europeia. (2015). Guia do utilizador relativo à definição de PME. <https://doi.org/10.2873/418863>

Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes [CIM-TTM]. (2020). O Território em Números. <https://www.cim-ttm.pt/pages/485>

European Central Bank. (2020). Survey on the Access to Finance of Enterprises in the euro area - October 2019 to March 2020.

Farinha, L., & Félix, S. (2015). Credit rationing for Portuguese SMEs. *Finance Research Letters*, 14, 167-177. <http://dx.doi.org/10.1016/j.frl.2015.05.001>

IAPMEI. (2020). COVID-19 Medidas de apoio às empresas. <https://www.iapmei.pt/Paginas/COVID-19-Medidas-de-Apoio-as-Empresas-Financia.aspx>

Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2020a). *Empresas em Portugal - 2018*. Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2020b). *Atividade turística - Julho de 2020*. Popescu, C. A. (2008). Considerations regarding SMEs access to finance. *UPB Sci. Bull*, 97-106.

Rocha, R. A. O. (2008). *A decisão de financiamento empresarial: Aspectos a ponderar*. Cidade da Praia (Cabo Verde: Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. http://www.academia.edu/download/40763829/A_decisao_de_financiamento_empresarial_1.pdf

Vieito, J. P., & Maqueira, C. P. (2010). *Finanças Empresariais-Teoria e Prática*. Lisboa: Escolar Editora.